

MERCANTILIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: O FIES EM DIÁLOGO COM O NEOLIBERALISMO

JOSÉ VANDCARLOS VASCONCELOS DA SILVA¹

JOÃO PAULO AZEVEDO DA SILVA²

RESUMO:

Nosso trabalho, de cunho bibliográfico, visa a problematizar as relações entre as políticas públicas educacionais, sobretudo, o FIES, com a Mercantilização do Ensino Superior. Compreendemos por “Mercantilização” o processo de influência de organismos internacionais como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nas Instituições de ensino superior privadas, percebendo suas configurações e influências na constituição de políticas públicas educacionais direcionadas ao ensino superior, que, ao sofrerem as reverberações desses organismos, atendem a muitas demandas do mercado educacional e, por sua vez, ao Neoliberalismo, fortalecendo as Instituições privadas de ensino superior.

Palavras-Chaves: Mercantilização. Fies. Neoliberalismo. Políticas Educacionais. Ensino Superior.

INTRODUÇÃO:

De acordo com Cunha, a privatização da Educação constitui um processo meandroso por envolver as relações entre o Estado e as instituições privadas de educação. Esse cenário ganhou mais envergadura com a promulgação da LDB no Governo Fernando Henrique Cardoso.

¹ Graduado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA).Especialista em História do Brasil pela FAFICA e Mestrando em Educação Contemporânea pela UFPE/CAA. Gmail: profvandcarlosvasconcelos2020@gmail.com

² Graduando em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA) .Especialista em Docência no Ensino de História pela Faculdade UniBF. Gmail: jp.profpe@gmail.com

Para Andrioli (2002), as políticas educacionais no Brasil irão receber a influência de organismos internacionais como o FMI e BM. Esses organismos alimentam o interesse de que o mercado seja expandido para que “as demandas dos alunos” sejam atendidas, ou seja, predomina a lógica do mercado.

Chaves e Santos (2016) chamam a atenção para o fato de que os organismos internacionais aprofundam a privatização e a desnacionalização da educação, buscando um mercado educativo global. De acordo com Saviani (2013), esse processo de mercantilização do ensino superior terá mais velocidade e expansão nos governos FHC (1995-2002), Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). Diante desse cenário de mercantilização do ensino superior, Botelho e Pessoa (2016) pontuam que o Fies será criado, seguindo uma lógica privatista da educação superior. Propomo-nos, pois, a perceber de que maneira o Fies dialoga com o Neoliberalismo e com a mercantilização do ensino superior.

NEOLIBERALISMO E O FIES

Um dos autores clássicos do ideário neoliberal, Hayek (1987), pontua que, no Neoliberalismo, o Estado deve ter uma atuação mínima na economia, para que, dessa forma, possa contribuir para uma maior mobilidade econômica. O Neoliberalismo possui também como pauta a atuação do mercado financeiro nas instituições de ensino superior. Para o pensamento de Friedman (1984), o Estado deve-se eximir da educação, tendo, apenas, o papel de inspecionar as instituições educacionais, permitindo que a atuação das IES privadas predomine.

Por isso, afirmamos que o Fies é um programa de financiamento educacional “em diálogo com o Neoliberalismo”, uma vez que no programa ainda há uma participação do Estado, e que o FIES em si não pode ser considerado neoliberal, porém possui nuances desse pensamento político e econômico. Essas nuances se caracterizam pela influência do FMI, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Para Barroso (2005), a redução da intervenção do Estado na educação segue a lógica das ideias neoliberais, e essas políticas educacionais alinham-se à globalização. Essa lógica foi mais acentuada depois dos anos 1980, através das medidas de Margaret Thatcher e Ronald Reagan. Essas políticas neoliberais não só afetaram outros países, como também foram tomadas como referências para

programas de desenvolvimento de grandes organizações internacionais, tais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reverberando também na educação superior privada.

A influência neoliberal no Brasil fez com que a educação se submetesse aos interesses financeiros. Ainda nessa linha de pensamento, vale pontuar que o Fies também promoveu a democratização do acesso ao ensino superior, outrossim, tenha ações influenciadas em um processo educativo que tem fundamentos nos interesses do mercado financeiro e, por conseguinte, dialoga com o Neoliberalismo. (GOELTEN,2017;BARBOSA; SILVA,2016)

Campos (2008) analisa que as medidas neoliberais foram sendo ajustadas passo a passo na América Latina na década de 1990, de diferentes formas, nos diferentes países. Logo, a educação passou a ser compreendida como parte fundamentalmente importante na constituição e reprodução das relações sociais capitalistas de produção, ou seja, seguindo a lógica do mercado. Nesse sentido, as políticas sociais influenciadas pelo neoliberalismo sofrem fortes impactos. A autora aponta que as políticas de educação sentem a influência das ideias neoliberais ao promoverem medidas tendentes à privatização do serviço público de educação.

No Brasil, a implementação de políticas econômicas desde os anos 1990 buscaram criar condições na inserção do nosso país na globalização econômica. Os traços do Neoliberalismo ficaram ainda mais visíveis na educação brasileira a partir do governo FHC, uma vez que o seu governo atendeu a parte das exigências de organismos internacionais. (ALVES,2011; OLIVEIRA,2009)

A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E O FIES

De acordo com Andrade (2018), grupos financeiros associados ao ensino superior crescem exponencialmente com Políticas Educacionais que fomentam a financeirização dos cursos de graduação/bacharelado em instituições privadas de ensino.

O Fies (Financiamento Estudantil) oferece financiamento mediante empréstimos tradicionais com juros subsidiados, começou a se configurar a partir do Governo FHC (1995-2002), e se expandiu com os Governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016).

Para a autora, mercantilização seria o processo de sujeição às leis do mercado financeiro, e o Fies, por atender às muitas demandas do FMI, OCDE e BM, constitui-se como um programa educacional que passou pelo processo de

mercantilização. Segundo Andrade, a relação entre a financeirização com a mercantilização do ensino superior e com outras políticas públicas sociais vem com a prerrogativa de que essas finanças integram a sociedade.

De acordo com Andrade (2018), quanto mais uma sociedade está mercantilizada, menos estará protegida pelo estado de bem-estar social, e que as instituições privadas de educação tendem a maximizar seus lucros com programas de financiamento estudantil como o Fies. Por outro lado, o Fies também possibilita a democratização do acesso ao ensino superior, tendo como evidência o fato de muitos jovens que não teriam condições de cursarem suas graduações e bacharelados, e buscar realizar seus estudos, passam a tê-las mediante o Fies.

FIES COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL

De acordo com Hofling (2001), a política pública constitui o Estado agindo na sociedade. Referem-se, pois, a ações implementadas pelo Estado com vistas à redistribuição de direitos sociais. Os impactos em um programa educacional afetam o meio institucional onde o programa passou a ser realizado. Assim, alguns aspectos precisam ser levados em consideração ao fazer uma avaliação de um programa educacional, tais como: entender se o programa realizou ações por meio das quais alcançou os objetivos que pretendia, se atingiu os grupos a que visava atingir e se cumpriu as metas que almejava. As políticas públicas precisam também envolver cálculos estratégicos, visando sempre a sua implementação e os cidadãos que irão se beneficiar com o programa. (CARVALHO; NOBRE,2001)

O estudo de políticas educacionais analisa a formulação inicial de políticas educacionais desde a sua implementação até seus efeitos. Entendemos que as políticas públicas educacionais analisam tudo o que um governo faz ou deixa de fazer na educação. (MAINARDES,2016; OLIVEIRA,2010).

As políticas públicas irão constituir projetos que visem solucionar determinados problemas sociais. Portanto, essas políticas educacionais irão variar de governo para governo, levando em consideração o espectro ideológico do governo, bem como a formulação da política educacional e a conjuntura política da qual essa política está inserida. Logo, a política pública educacional não vai constituir um objeto de fácil compreensão, uma vez que essas medidas envolvem elementos variados, como citados acima. (AZEVEDO,2013)

Silva e Ramos (2017) destacam, ainda, que o Fies é um dos programas criados pelo Governo Federal que possibilitam o acesso à educação para pessoas consideradas “excluídas”, estudantes de baixa renda que não teriam condições para fazer um curso superior e que não conseguiram entrar em universidades públicas, procurando, então, outros programas/meios para realização de seus cursos.

Carneiro e Mesquita (2013) afirmam que o Fies destina recursos públicos para o financiamento do ensino superior privado, fortalecendo (in) diretamente o mercado educacional. Para Costa e Goulart (2018), até mesmo os Governos Lula/Dilma se articularam com o capitalismo contemporâneo, embora destaquem a importância da ampliação ao acesso ao ensino superior, e pontuam que houve um relativo êxito em termos quantitativos que foi obtido por meio do ingresso de milhões de estudantes ao ensino superior.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ronaldo Sávio Paes. **Neoliberalismo e educação: uma década de intervenções do Banco Mundial nas políticas públicas do Brasil (2000-2010)**. Anais do XXVI simpósio nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.
- ANDRADE, Bruna Cataldo. **A Mercantilização do Ensino Superior no Brasil desde 2000: Uma análise do Avanço do Fies e Prouni**. 2018. XXIII Encontro Nacional de Economia Política.
- ANDRIOLI, Antônio Inácio. **As Políticas Educacionais no contexto do Neoliberalismo**. In Revista Espaço Acadêmico, v. 2, n. 13, 2002.
- AZEVEDO, Janete M. Lins de. COUTINHO, H. G. e OLIVEIRA, M. L. **O Estado, a Política Educacional e a Gestão da Educação**. In: Política e gestão educacional em redes públicas. Org.: Alice HappBotler. Ed. Universitária da UFPE, Recife, 2013.
- BARROSO, João. **O estado, a educação e a regulação das políticas públicas**. Educ.Soc., Campinas, vol.26, n.92, páginas.725-751, especial – out.2005.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NOBRE, Maria Cecília Roxo. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. /São Paulo, 2001.
- CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes; MESQUITA, Maria Cristina Dutra Mesquita. **A política de financiamento da educação no Brasil**. Educativa, Goiânia, v.16, n.2, p.371-389, jul. /dez.2013
- CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. **Política de expansão da educação superior no Brasil – O Prouni e o Fies como financiadores do setor**

privado. In Educação em Revista/ Belo Horizonte, v. 32, n.04, p.49-72, outubro-dezembro, 2016.

CAMPOS, Janaina Fatima Sabrina de. **Neoliberalismo e as proposições para a reforma na política educacional na América Latina.** 2º Seminário de Direitos Humanos. 15 a 18 de setembro de 2014- Unioeste-Campus de Toledo, PR.

COSTA, Camila Furlan da; GOULART, Sueli. **Capitalismo acadêmico e reformas neoliberais no ensino superior brasileiro.** Cad. Ebade.BR, v.16, nº3, Rio de Janeiro, jul. /set.2018.

CUNHA, Luiz Antônio. **O Desenvolvimento Meandroso da Educação Brasileira entre o Estado e o Mercado.** In Educação e Sociedade., Campinas, vol.28, n.100-Especial, p. 809-829, out, 2007.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade.** Trad. de Luciana Carlo. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

GOELTEN, Rafael de Paula. **Fies- Modelo de democratização ou ferramenta do ensino superior público superior.** IV Seminário internacional de representações sociais, subjetividade e educação- SIRSSE. VI Seminário internacional sobre profissionalização docentes (SIPD/Cátedra Unesco).

HAYEK, F.A. **O caminho da Servidão.** 4.Ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987, p.91.

HOFLING, Eloisa de Matos. **Estado e Políticas (Públicas) sociais.** Cad.CEDES [online]. 2001, vol.21, n.55, pp.30-41. ISSN101-3262.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil/** 4.ed.-Campinas, SP. Autores Associados, 2013- (Coleção memória da educação) p. 438-439.

SILVA, Adriano Maniçoba da; RAMOS, Beatriz Cardini Silva. **Eficácia de políticas de acesso ao ensino superior privado na contenção da evasão.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v.22, n.3, p.741-757, nov.2017.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A função social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas:** Crise da escola e políticas educativas/Eliza Bartolozzi: Ferreira, Dalila Andra Oliveira (Organizadoras), Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.